

economia

Evento discute desafios do mercado de carbono no País

Especialistas debateram modelo que estabelece limites para as emissões

/ SUSTENTABILIDADE

Agnês Noll

agnes@jcrs.com.br

A implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) foi tema de debate com a professora e advogada Alessandra Lehmen e o jornalista Jefferson Klein, do Jornal do Comércio. O encontro, realizado no Instituto Caldeira, discutiu as perspectivas, os desafios regulatórios e os impactos da criação de um mercado regulado de carbono no País.

Durante a discussão, Alessandra apresentou o atual estágio de implementação do SBCE e explicou como deverá funcionar o modelo brasileiro de cap and trade, que estabelece limites para emissões e cria mecanismos para negociação de permissões e créditos de carbono. Entre os principais desafios estão a definição dos setores abrangidos, a regulamentação dos sistemas de monitoramento, relato e verificação (MRV) e a criação de metodologias que garantam a integridade dos créditos de carbono. A especialista também destacou a importância de as empresas começarem desde já a mapear suas



Alessandra e o repórter do JC Jefferson Klein abordaram a regulação do segmento

emissões e avaliar sua exposição aos impactos financeiros relacionados ao carbono.

A participação de Klein trouxe questões sobre a aplicação do sistema à realidade brasileira, incluindo a necessidade de desenvolver metodologias adequadas às características nacionais e os impactos sobre setores como o agronegócio. O evento também abordou a competitividade internacional. Com mecanismos de precificação de carbono avançando em outros mercados, especialmente na Europa, empresas brasileiras que

atuam no comércio exterior deverão lidar cada vez mais com exigências ambientais e climáticas em suas cadeias de valor.

Embora o mercado regulado de carbono ainda não esteja plenamente operacional, a expectativa apresentada durante o encontro é de que o sistema avance gradualmente nos próximos anos. Para as empresas, a principal recomendação foi começar a se preparar agora, acompanhando a regulamentação, estruturando inventários de emissões e incorporando a gestão de carbono às decisões estratégicas.

Expointer deste ano será carbono neutro, afirma Leite

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Pela primeira vez na sua história, a Expointer, que neste ano será realizada de 29 de agosto a 6 de setembro, terá uma edição "carbono neutro". O governador Eduardo Leite aproveitou a inau-

guração da planta de biometano do Grupo Solvi, nesta quinta-feira, que fica no complexo do aterro sanitário da CRVR, em São Leopoldo, para fazer o anúncio. A CRVR será a empresa responsável pela compensação das emissões de gases de efeito estufa da principal feira do agronegócio gaúcho.

A companhia já havia feito essa ação na Fenasoja, ocorrida em Santa Rosa. O governador explica que a iniciativa na Expointer será possível por meio de edital lançado pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. "Nós vamos ter efetivamente uma Expointer carbono neutro a partir justamente da aquisição de créditos de carbono", reforça Leite.

De acordo com a secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, o edital relativo à Expointer consistiu em uma chamada pública voltada a empresas que possuíam créditos de carbono certificados e que quisessem participar como parceiras do governo do Estado em diferentes eventos. "A Expointer é o primeiro evento em que o governo irá fazer isso, mas poderemos ter outros que sejam neutralizados por esses créditos", reforça a secretária. Nesse edital, a CRVR foi a única companhia inscrita.



Governador fez anúncio na inauguração de planta do Grupo Solvi

Remuneração média e massa salarial caem no 1º semestre

/ TRABALHO

O Ministério do Trabalho informou que a massa salarial caiu 3,3% na comparação de 31 de dezembro de 2025 com junho de 2026, partindo de R\$ 249,1 bilhões para R\$ 240,8 bilhões. Na mesma base, a remuneração média caiu 2,9%, saindo de R\$ 4.522,29 para R\$ 4.389,49.

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Mensalizada divulgados nesta quinta-feira (13) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, 70% dos vínculos formais atuam em uma escala entre 41h e 44h semanais.

Com a presença do presidente, a Rais decidiu divulgar os dados com a comparação entre janeiro de 2023 e junho de 2026, período do mandato presidencial até aqui.

A distribuição do estoque de vagas de empregos formais entre raças e etnias teve seu maior crescimento entre os pardos, saindo de 40,9% para 43,5% do total. O grupo é quem tem a maior parte das vagas.

Logo depois vêm os bran-

cos, com 42,7% de todo o estoque, seguidos pelos pretos, com 7,4%. De acordo com a Rais, os empregados pretos e pardos só ganham 68% do salário pago aos empregados brancos.

Essa diferença também aparece no recorte de gênero. As mulheres ganham 87,9% do salário dos homens. A remuneração média dos homens é de R\$ 4.691,40 em junho, já a das mulheres é de R\$ 4.124,39.

Já por faixa etária, o maior aumento de participação no mercado de trabalho ocorreu entre jovens de 18 a 24 anos, saindo de 12,69% do estoque de vagas em dezembro de 2025 para 13,8% do total em junho de 2026. Na direção oposta, a fatia de trabalhadores com 65 anos ou mais recua de 2,8% para 2,6% do estoque na mesma base de comparação.

No caso da nacionalidade dos trabalhadores, o País que mais exportou trabalhadores para o Brasil foi a Venezuela, com 224.307 vínculos formais em Jun/2026. Depois vem o Haiti (61.217 empregados) e Cuba (41.056 empregados).

Publicado decreto que regulamenta mercado livre na baixa tensão

/ ENERGIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o decreto 13.097, que regulamenta a abertura do mercado livre de energia elétrica para os consumidores de baixa tensão - residenciais e pequenas indústrias. O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fez uma comparação com as operadoras de telefonia celular, quando o cliente decide trocar de empresa em busca de serviços mais adequados às suas necessidades. "Esta medida representa o acesso de milhões de pessoas e empresas a uma energia a preços mais competitivos e adequados às necessidades individuais. A pequena mercearia e a pequena serralheria, por exemplo, poderão ter redução de até 20% na conta de luz", disse.

Esse percentual de redução estimada não considera parcelas fixas, como tributos. De acordo com o cronograma, até novembro de 2027 haverá a abertura para os consumidores das classes industrial e comercial na baixa tensão. Para os consumidores da classe residencial, o prazo é até novembro de 2028. O decreto define as regras para a migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo requisitos para formalizar a opção e a representação por agentes varejistas.

No mercado livre, os consumidores não ficam limitados à distribuidora local. Na prática, essa modalidade permite a negociação de preços e condições diretamente com geradores e comercializadores de energia, com potencial redução de custos - na medida em que há concorrência entre diferentes ofertantes, similar ao servidor de telefonia.